

A RE-ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA COMO RECURSO ESTRATÉGICO NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES: HISTORIOGRAFIAS E FRONTEIRAS

-Pereiro, X. e Silva, P. (2000): "A re-elaboração da História como recurso estratégico na construção das Identidades: Historiografias e Fronteiras", em Actas do VI Congresso de Antropologia de Iberoamérica, Salamanca, 8-12 de Maio de 2000. Salamanca: Universidade de Salamanca, pp. 85-96 (ISBN: 84-931231-1-1-0).

Autores:

Prof. Xerardo Pereiro e Prof. Pedro Silva (antropólogos)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-UTAD

Polo de Miranda do Douro

Rua D. Dinis s/n

5210-Miranda do Douro-Portugal

Tel. 351-273-438140

Fax: 351-273-438159

Correio electrónico: mirantropos@hotmail.com / xerardo@miranda.utad.pt
pedro_da_silva@portugalmail.pt

-
1. Introdução.
 2. Metahistória.
 3. A fundação de Portugal na historiografia galega: alguns exemplos.
 4. A fundação de Portugal na historiografia portuguesa: alguns exemplos.
 5. A fundação de Portugal na historiografia espanholista feita na Galiza: alguns exemplos.
 6. In-conclusões
-

1. INTRODUÇÃO

O desenho da construção das identidades colectivas está submerso num processo histórico, a partir do qual os indivíduos reedificam o passado para manter e criar as próprias identidades. Desse seu passado¹, os indivíduos seleccionam e re-elaboram feitos sujeitos a re-interpretações² num momento presente, as quais servem para sustentar uma ou outra identidade. Para a construção (e também invenção) da identidade colectiva³ contribuem de alguma maneira os historiadores, prestando atenção a um ou outro período histórico, processo este desencadeado a partir de um ponto de visto algo afastado de um exercício de História única e com maiúsculas. Ao invés, dentro de uma cultura as

¹ CHAPMAN, M., McDONALD, M. e TONKIN, E. (1989): "History and social anthropology", in CHAPMAN, M e outros (eds.): History and Ethnicity. London, Routledge, pp, 1-21.

² HAMER, J. H. (1984): "Identity, Process, and Reinterpretation. The Past Made Presente and the Present Made Past", in Anthropos n.º 89, pp. 181-190.

³ HOBBSBAWM, E. J. e RANGER, T. (1987, or. 1983): L'invenzione della tradizione. Torino, Einaudi, pp. 3-17.

circunstâncias e necessidades da época em que se escreve convertem-se elas próprias em parte da história.

A história é um recurso e uma estratégia de construção de identidades capaz de reatualizar o passado, buscando um sentido social para o presente, sentido este edificado sobre a oposição entre o “nós” e os “outros”, o “eu” e o “outro”. Este acudir aos tempos passados representa a expressão de uma cultura na qual muitas das vezes o indivíduo se confunde com o grupo e o passado apresenta-se como um modelo moral e cultural numa entidade una e coesa⁴.

Recorrer à história surge como uma afirmação estratégica. Aqui, o sentido que outorgamos ao conceito estratégia nada tem de militarista, antes assume um sentido sociocultural segundo o qual uma estratégia é um meio para fazer a ligação e a mediação entre dois níveis - a escolha individual e a estrutura social – sem acentuar em demasia qualquer destas duas dimensões. Por conseguinte, recorrer à história implica uma estratégia no sentido de dar preferência a determinados factos em detrimento de outros; também, na óptica de que nem sempre se atende à história com isenção ideológica, de uma forma “neutral”. Antes pelo contrário, a história é um meio para construir identidades culturais tendo em conta uma determinada orientação.

2. METAHISTÓRIA

Os historiadores contribuem com as suas interpretações do passado para a construção de identidades, sendo tal levada a cabo com fins estratégicos. Porque razão é interessante ter em conta a história feita por estes historiadores? Em primeiro lugar, porque se trata de um dos mecanismos de mnemónica da nossa sociedade para recordar o seu passado; em segundo lugar, porque esta recordação vai ter uma incidência no futuro; e, em terceiro lugar, porque os historiadores escrevem a história de uma forma criativa.

Relativamente a este último ponto, interessaria ter em conta as hipóteses de Hayden White⁵, para quem a obra histórica é uma estrutura verbal sob a forma de discurso em prosa narrativa. As histórias combinam dados, conceitos teóricos (para explicar esses dados) e uma estrutura narrativa que apresenta esses dados como um conjunto de acontecimentos supostamente ocorridos no passado. Mas, além disso, as histórias têm um profundo conteúdo estrutural, geralmente de natureza poética e linguística – paradigma aceite precriticamente do que deve ser uma interpretação histórica (este paradigma funciona como elemento metahistórico). Hayden inspirou-se em Barthes⁶ que, seis anos antes, concebeu a história como um jogo de estruturas, uma linguagem, uma forma de escritura. Barthes acrescentou os conceitos de “unidade de conteúdo” do discurso histórico

⁴ AZCONA, J. (1984): Etnia y nacionalismo vasco. Una aproximación desde la antropología. Barcelona, Anthropos, pp. 139-151.

Um exemplo de análise historiográfica desta tese é o trabalho:

MARTÍNEZ-RISCO DAVIÑA, L. (1994): O ensino da História no Bacharelato Franquista (Período 1936-1951). Sada, Edicións do Castro.

⁵ WHITE, H. (1992, or. 1973): Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México, F. C. E..

⁶ BARTHES, R. (1981, or. 1967): “The discourse of History”, in SHAFFER, E. S. (ed.): Comparative Criticism: A Yearbook n.º 3. Cambridge, Cambridge University Press, pp.3-20.

e o de “efeito realístico” das narrações históricas, negando a primazia do evento e prestando atenção à natureza convencional das estratégias clássicas de narração. Para Barthes, tal como outras formas de linguagem discursiva, a historiografia tem um inevitável estatuto de ficção.

A História sempre foi como uma máquina na qual se podem teclar percepções opostas acerca dos mesmos acontecimentos. Muda de acordo com uma lei de relatividade, como o espaço e o tempo, contrai-se ou expande-se relativamente à velocidade do observador⁷. Deste modo podemos conceber a obra histórica como uma estrutura verbal na forma de discurso de prosa narrativa, narração esta que se apresenta como modelo, imagem de estruturas e processos passados, com a intenção de explicar o que foi representado.

Seguindo este modelo teórico, pretendemos mostrar e analisar alguns exemplos de como diferentes historiografias constroem o passado, a identidade e as fronteiras dos grupos humanos com fins estratégicos. Trazemos o caso da Galiza e o Norte de Portugal como referências chave de uma intensa inter-relação no contexto peninsular ibérico. Escolhemos o nascimento de Portugal como “timing” no qual uma identidade política comum se fragmenta em virtude de construções sociais e políticas diferentes, transcendendo o passado para criar um futuro diferente. Esse “timing” é observado e olhado com uma intensa pluriperspectiva social, e essas percepções apresentam uma intencionalidade a diferentes níveis, passíveis de interpretação e compreensão. Sem deixar de fazer referência a autores e obras clássicas (ou fontes historiográficas importantes), delimitamos a nossa análise a alguns autores e obras representativas.

No caso galego a abordagem centra-se mais nas obras do último quarto do século XX. Isto, por uma razão: trata-se de um momento em que se produz a re-elaboração da Galiza como nação, num contexto mais amplo de queda das ditaduras ibéricas e de integração na União Europeia. No caso português, procuraremos dar conta de três instantes de produção historiográfica: o trabalho de Alexandre Herculano e Oliveira Martins, a historiografia no virar do século XIX para o XX e algumas das abordagens historiográficas mais importantes do pós-guerra, não deixando, no entanto, de referir as leituras e interpretações dos factos históricos no Estado Novo.

3. O NASCIMENTO DE PORTUGAL NA HISTORIOGRAFÍA GALEGUISTA: ALGÚNS EXEMPLOS

Iniciamos a nossa análise pela historiografia galeguista⁸, que escreve com a intenção de recuperar a memória histórica de “Galiza” (denominação galego-portuguesa) ou “Galicia” (denominação galega actual derivada do contacto durante séculos com o espanhol) como nação ou nacionalidade. Esta historiografia

⁷ FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. (1996): “Reescribindo a Historia”, in Revista das Letras n.º 104, suplemento cultural de O Correo Galego, 18-4-1996, pp. 2-3. Fernández-Armesto é Professor Catedrático de História Moderna na Universidade de Oxford.

⁸ Falamos de historiografia galeguista enquanto demonstração de regionalismo e de nacionalismo que tentou demonstrar a diferencialidade da Galiza relativamente a Espanha. Referimo-nos a autores como, por exemplo, Manuel Murguía, Benito Vicetto, Vicente Risco, entre outros; mas, também a outros mais recentes, como é o caso de Xosé Ramón Barreiro, Ramón Villares, Xusto González Beramendi ou o divulgador Anselmo López Carreira.

constrói uma identidade galega diferencial no que respeita a Espanha enquanto Estado, e, simultaneamente, baseada na semelhança com Portugal. Assim, a construção do “Nós” passa pela recuperação e reinterpretação do passado a partir da ligação com o mundo português.

Atendendo a alguns exemplos actuais, paradigmáticos, representativos e significativos da historiografia galeguista mais contemporânea, escolhemos a obra de Anselmo López Carreira⁹, que numa das suas obras mais divulgadas começa com uma afirmação categórica da identidade diferencial galega:

"Galiza foi o primeiro Reino de Europa...Pois ben, moito antes de fundarse o dito reino dos visigodos, con capital en Toledo, existía xa o Reino Galego dos suevos, con capital en Braga;... Hermerico foi o primeiro rei de Galiza"¹⁰

Toda identidade é definida tendo em conta certos limites, no caso do reino galego dos suevos, estes seriam os seus limites:

"A pouco de chegaren, no ano 410, o rei suevo Hermerico asinaba un pacto co Emperador de Roma (Honorio), en virtude do cal esta provincia convertíase de feito nun reino independente, o Reino Galego (Galliciense Regnum), ... Era, por tanto, o primeiro Reino constituído en Europa, o primeiro Estado medieval, comprendendo os territorios da Galiza actual, o norte de Portugal (ata o río Douro), e as actuais Asturias e León."¹¹

Posteriormente, os limites aumentariam em direcção ao sul, pois Requila (438-448) estendeu a sua jurisdição pela província da Lusitânia¹². Temos, então, uma definição da Galiza sueva como um grande reino peninsular. Um reino que entrará em confronto com o reino visigodo e no qual se integrará entre o 585 e o 711 não deixando deconservar determinados caracteres diferenciadores.

O parentesco e a guerra apresentam-se como recursos retóricos através dos quais se explica o novo contexto peninsular¹³. A invasão árabe não evita as lutas internas entre os cristãos, e assim, em 1037, Vermudo III falece na guerra contra o primeiro rei de Castela (Fernando I, que casara com a irmã de Vermudo, Sancha, herdeira da coroa de Galiza); desta maneira Galiza e Castela unem-se momentaneamente, governados a partir de Leão. Fernando I morre em 1065, acabando por se dividir novamente o reino:

-Galiza (Galiza e Portugal até Coimbra), reinado de Garcia.

-Castela, Afonso VI (que encarcerou o seu irmão Garcia, vindo a falecer na cadeia).

Estamos diante do momento que queremos salientar: a divisão do reino da Galiza em 1092 por Afonso VI, entregando a Galiza à sua filha, Urraca (casada com Raimundo de Borgonha) e a parte norte de Portugal (Condado Portucalense) à sua outra filha, Teresa (que desposara Henrique de Borgonha).

A interpretação que o autor dá a este facto está bem representada no seguinte parágrafo:

⁹ LÓPEZ CARREIRA, A (1998): O reino de Galiza, Vigo, A Nosa Terra.

¹⁰ Ob. Cit. Nota (9), pp. 5 e 6.

¹¹ Ob. Cit. Nota (9), p. 7.

¹² Ob. Cit. Nota (9), p. 8.

¹³ Ob. Cit. Nota (9), p. 32, 33 e ss.

"Desta maneira, no século XI, Galiza pasaba xa a ser en exclusiva a Galiza actual, ben diferenciada de León e de Portugal. Desaparecía entón a antiga configuración política herdada da Gallaecia romana, de onde emerxían tres nacións distintas: Galiza, España e Portugal"¹⁴.

Os factores salientados no proceso de nascimento e independencia de Portugal são, para López Carreira, em primeiro lugar, o temor dos portugueses à Igreja de Compostela (dominada pelo Bispo Gelmires), pela tentativa (protagonizada por Castela e Leão) de divisão da Galiza em duas com a intenção de melhor dominar o reino, e, por último, o receio dos portugueses de ficarem integrados em Castela e Leão, perdendo a sua identidade própria. No entanto, apesar da separação da antiga Galiza em duas, López Carreira acaba a sua obra salientando um elemento de permanência jurídica diferencial do reino de Galiza até ao século XIX:

"...continuou oficialmente da mesma maneira nin máis nin menos que ata o ano 1833, cando o goberno da rexente María Cristina suprimiu a categoría e circunscrición do Reino de Galiza e desarticulou interiormente o país dividíndoo en catro provincias sen relación institucional entre si"¹⁵.

Noutro artigo de divulgação, o autor que estamos a considerar revela alguns aspectos importantes na sua historiografia galeguista, como é o caso, primeiramente, do carácter da origem galega de Afonso Henriques; depois, as tensões entre Afonso Henriques e o imperador Afonso VII Raimundo¹⁶. Estas tensões tentam definir identidades diferentes¹⁷, mas, para López Carreira, a etnicidade galega está presente como um halo que envolve todo o contexto.

Este autor utiliza uma *explicação formista*, na qual só vai escolher os aspectos que acha que é preciso sublinhar como sobressalientes, verdadeiros signos de uma identidade galega diferenciada.

Outro autor que consideramos paradigmático e representativo desta historiografia galeguista é Manuel Zebreal Lopes¹⁸, apesar de não ser um historiador académico como López Carreira, (talvez por essa razão não referencie ou cite as fontes que utiliza, dando a ideia de que foi realmente ele o pesquisador dessas fontes. Mas, no nosso modo de ver, a sua escolha justifica-se tendo em conta que desenvolve uma obra de síntese, resumindo alguns dos mitos desta

¹⁴ Ob. Cit. Nota (9), p. 37.

¹⁵ Ob. Cit. Nota (9), p. 61.

¹⁶ Da corte em Leão, o qual também era galego segundo a versão de López Carreira.

¹⁷ LÓPEZ CARREIRA, A. (1998): "Allariz no cerne da monarquia galega", in A Nosa Terra, 17-9-1998, p. 6.

"Desempeñou así un destacado papel como cabeza da comarca da Limia cando no s. XII se procedía á delimitación do espacio entre Galiza e o nacente Reino de Portugal. A zona era obxecto de debate entre as raíñas Urraca e Tereixa, pois o certo é que desde tempos remotos estivera ligada á diócese de Braga. Por tal motivo ocupouna Tereixa e logo o seu fillo Afonso Enríquez, primeiro rei de Portugal, mais finalmente o galego Afonso VII Reimúndez (O Emperador) logrou consolidar a súa xurisdición. Deste monarca conseguiu Allariz, sobre o ano 1154, a Carta Foral, código de leis fundamentais que lle confería a condición de reguengo, é dicir, a directa dependencia do rei e a liberación de toda inxerencia señorial."

¹⁸ ZEBREAL LOPES, Manuel (1996): Manual galego-português de História. A Coruña, Edição do autor.

historiografia galeguista, e que, para além disso, mostra a sua história com uma intencionalidade clara: a de reivindicar a reunificação da Galiza com Portugal. Esta ideia é reafirmada através da sua escrita em galego reintegracionista de máximos ortográficos; é dizer, na normativa do galego que mais toma como espelho o português que actualmente se escreve. Ao longo do seu texto distingue dois tipos de historiografia: a galeguista e a dos vaticanistas (espanhóis e visigodos).

Quanto aos precedentes do nascimento de Portugal, este autor salienta um dado que López Carreira não refere: trata-se de que a Galiza já fora desmembrada no século X¹⁹ (quando era rei em Leão Ordonho IV, que outorga o sul da Galiza (Portugal) ao seu filho Ramiro Ordonhez, posteriormente Ramiro II (939-950) de toda Galiza). Mas, esta perspectiva entra em contradição com elementos mencionados posteriormente pelo autor²⁰:

“Fernando I cria o condado de Portugal (entre o Lima e o Douro) e o de Coimbra (Lusitânia, ao sul do Douro). O pai de Fernando I (Sanho o Maior de Navarra) criara o Caminho Francês de Santiago, orientado pela Ordem de Cluny. Fernando I dividirá o seu império entre os três filhos:

1. Sancho (Castela).
2. Afonso (Leão). O favorito. Afonso VI
3. Garcia (Galiza). O menos favorito (1065-1071).

Durante o período de tempo de 844 a 1035, Portugal não existia como tal e sim a Galiza”. (A fronteira sul era o rio Mondego)”.

Mais adiante, salienta dois factos fundamentais: a tentativa constante da Galiza de conservar a sua independência e a divisão da Galiza por Castela²¹. Todavia, esta divisão não impediu as constantes tentativas de reunificação votadas ao fracasso, situação que o autor define como guerra civil:

“Afonso Henriques, filho de D. Tereija resulta vencedor duma dilatada guerra civil entre galegos que tem como resultado a divisão da Galiza e a nascente independência da sua parte sul que teria o nome de Portugal com resultados que perduraram até hoje. A perda de território a norte e a leste é um facto que produz um forte debilitamento evidenciado ao longo dos séculos e mesmo na actualidade.”²²

Em momento algum refere a rebelião de Afonso Henriques contra a sua mãe (D. Teresa), que tinha um pacto com vários nobres galegos do norte. Contudo, salienta outros factos, essenciais na sua construção histórica: primeiro, o não reconhecimento por parte de alguns nobres galegos da suserania de Leão e a

¹⁹ Ob. Cit. Nota (17), p. 62.

²⁰ Ob. Cit. Nota (17), p. 65.

²¹ Ob. Cit. Nota (16):

p. 72: Diego Pelaez foi um bispo compostelam que aspirava à independência da Galiza. Queria casar a Garcia (prisioneiro em Leão) com uma filha de Guilherme o Bastardo, normando conquistador de Inglaterra, para constituir um reino independente na Galiza, mas Guilherme faleceu subitamente, Afonso VI travou o levantamento (liderado pelo nobre galego de Ortigueira Rodrigo Ovázquez –dos Osório-) e desterrou ao bispo Diego Pelaez.

p. 73:

Afonso VI divide Galiza e Portugal:

1. Galiza (até ao Minho): Para a sua filha Dona Urraca, casada com Raimundo de Borgonha. Condado de Portugal e Condado de Coimbra: Dona Teresa, casada com Henrique de Borgonha.

²² Ob. Cit. Nota (17), p. 77.

sua subjugação voluntária como vassalos do rei português Afonso Henriques; em segundo lugar, as constantes tentativas de Afonso Henriques de ampliar ao norte o seu reino, recuperando o território da antiga Galiza (patenteando-se aqui uma visão claramente nostálgica, isto, apesar dos seus pactos com Castela sobre as fronteiras de Portugal²³). É assim que, em 1166 ainda consegue chegar até ao rio Lérez (Pontevedra).

Finalmente convém aludir a dois factos²⁴ que este autor utiliza na trama e que apresenta como fulcrais, ilustrativos da sua intencionalidade de promoção da ideia de que, mesmo após a independência política de Portugal estar consumada, os portugueses não deixaram de renunciar à recuperação da antiga Galiza. O primeiro factor a ter em consideração é o papel da galega Inês de Castro (casada com o infante português Dom Pedro - filho rebelde de Afonso IV e neto de Dom Dinis). Inês de Castro será degolada em Portugal, acusada de animar a revolta na Galiza contra Castela, já que o rei castelhano repudiara mesmo a sua irmã Joana no preciso momento do casamento. O segundo ponto já foi referido por López Carreira, e trata-se de que Fernando I de Portugal foi coroado rei da Galiza no ano 1369²⁵.

Lopes Zebral utiliza basicamente uma explicação pela trama. É dizer, aquela maneira de organizar os eventos, a forma de relato geral ou arquetípica (romance, tragédia, comédia, sátira, épica, ...) deixam entrever uma forma de escrita romântica e épica, na qual o herói colectivo ou a paisagem são transcendidos e mitificados, numa luta que ainda não está perdida contra a união afirmada por Espanha.

Outro exemplo da historiografia galeguista é a banda desenhada publicada em 1984 com o patrocínio da entidade bancária Caixa Galicia: "Breve Historia de Galicia"²⁶. Damos conta deste exemplo, uma vez que, na sua época, foi alvo de uma forte divulgação, sendo considerado um texto basilar para a construção de uma identidade galega que procurava no passado os seus alicerces mais consistentes; para sustentar e justificar a criação da Comunidade Autónoma que nessa época se iniciava com um Estatuto de Autonomia e um Governo Autónomo.

Vários são os aspectos a salientar nesta banda desenhada a respeito da questão aqui estudada: o primeiro é que confirma outras teses e interpretações galeguistas segundo as quais Afonso VI (rei de Leão) decidiu dividir em duas a Galiza (que chegava até ao rio Douro) para vencer os problemas e as tentativas de afastamento anteriores. O segundo é um conjunto encadeado de factos e o papel do bispo Gelmires na independência de Portugal²⁷: Urraca e Raimundo de Borgonha ficam com a Galiza do Norte, mas Raimundo falece (nesse mesmo ano morre Afonso VI) e Dona Urraca casa com Afonso o Batalhador (rei de Aragão). Entretanto, os galegos apoiam como rei Afonso Raimundo, nascido na Galiza,

²³ A título de exemplo: a Paz de Tui de 1137 e o Tratado de Zamora de 1143.

²⁴ Ob. Cit. Nota (17), pp. 83 e 87.

²⁵ Neste segundo ponto, Lopes Zebral faz uso do trabalho do português Oliveira Martins (inclusivamente criticando-o, por interpretar este dado como um grave risco para a sobrevivência de Portugal enquanto reino independente).

²⁶ GRUPO NONO-ART (ed.): Breve Historia de Galicia. Banda Desenhada. Barcelona, Caixa Galicia.

²⁷ Ob. Cit. Nota (26), p. 27 e ss.

defendido por boa parte da nobreza galega (capitaneada pelo conde de Trava). Esta acção foi apoiada também pelo bispo Gelmires (em 1110, à frente da Diocese de Santiago). Afonso Raimundo é proclamado rei na catedral de Santiago de Compostela.

A derrota dos nobres galegos por Afonso o Batalhador acontece em Villadandos (perto da cidade de Leão). Neste processo, Urraca, rainha de Castela e Leão, ajudará umas vezes o Batalhador e outras seu filho. A monarca chega a sitiá-lo o Castelo de Sobroso (Mondariz-Pontevedra) com o objectivo de recuperar o seu domínio na Galiza, mas o conde de Trava e Teresa de Portugal salvam o rei galego. Gelmires tentou mediar a guerra entre Urraca e o seu filho, conseguindo que fizessem as pazes. Apesar dos acordos, os burgueses de Compostela juntamente com o povo rebelam-se contra eles.

O papel de Gelmires na relação com a Galiza além Minho é acentuado nesta banda desenhada pela sua teima em fazer de Compostela uma diocese superior à de Braga. O clero e os nobres portugueses opõem-se a tal pretensão, desconfiando das alianças de Dona Teresa com os galegos. Desta feita, os portugueses apoiaram-se no filho de Dona Teresa, Afonso Henriques, para se libertarem dos castelhanos, leoneses e galegos. Afonso Henriques vencerá a facção galega em São Mamede (perto de Guimarães). Pouco depois é reconhecido como rei pelo imperador Afonso VII (Afonso Raimundo). A rematar esta banda desenhada, duas frases cheias de romantismo:

“O rio Miño que antes unía, agora separa”

“-Padre, alá falan coma nós...

.-Si, pero xa teñen outro rei”

(Quadrado do intelectual e político galeguista Castelao, no qual dialogam um pai e um filho numa barca de pesca do rio Minho).

4. O NASCIMENTO DE PORTUGAL NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

Tem-se tratado a forma como a História é contada tendo em conta determinados padrões ideológicos, como o passado é recordado e escrito à luz da necessidade que os homens têm de afirmar uma identidade colectiva presente.

Os elementos até agora veiculados, as diferentes maneiras de escrever e descrever factos históricos passados em torno da fundação da nacionalidade portuguesa indiciam perfeitamente como o mesmo momento, os mesmos acontecimentos podem ser elaborados de forma diferente; dependendo não só da própria formação académica do investigador, mas também (e muito) do contexto sócio-político que vive.

No caso da análise da historiografia portuguesa e no que toca à fundação da nacionalidade²⁸ pretendemos abordar precisamente a forma como o nascimento da nação, em especial a sua relação com os territórios contíguos ao

²⁸ Em vez de “fundação da nacionalidade” melhor será usar a expressão “fundação do reino português”, uma vez que, e aliás trata-se de uma ideia defendida por inúmeros autores, o sentimento de nacionalidade, de identidade nacional portuguesa surge bastante depois das movimentações políticas que no século XII estabelecem a independência de Portugal.

Condado Portucalense, foi descrito por alguns historiadores portugueses (partindo de uma aproximação à historiografia renascentista, aos trabalhos de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins, passando pela produção historiográfica dos finais do século XIX, início do século XX até alguns dos nomes mais influentes da segunda metade deste último século).

Sobejamente conhecidos os factos e as etapas históricas que marcam os primeiros tempos da independência de Portugal, interessar-nos-à empreender uma análise da forma como foram contados pelos historiadores portugueses. Resultante desse trabalho poder-se-à compreender como foi usada a História na edificação de uma identidade nacional - isto, tendo em conta diferentes períodos, culminando no Estado Novo.

A observação dos factos históricos e fundamentalmente os processos que medeiam a fixação e transmissão dos mesmos levam-nos a perceber melhor os mecanismos que contribuíram para a definição do corpo identitário de um povo.

Estava-se sensivelmente a meio do século XIX quando Alexandre Herculano, rejeitando os escritos da tradição historiográfica renascentista (que entendia o Reino de Portugal como o prolongamento histórico da Lusitânia), avança com a ideia de que Portugal tinha por antepassados comuns a Galiza, os territórios da Estremadura espanhola e Andaluzia; concebia portanto, Herculano, um Portugal nascido de um processo misto de revolta e conquista, em que questões de ordem política se sobrepõem a determinismos geográficos, étnicos ou linguísticos.

A mesma linha seguiu Oliveira Martins, que define o processo de independência de Portugal como fruto das vontades e da ambição dos senhores feudais²⁹, resultando de factores mais casuais que de condicionalismos geográficos ou de uma proto-identidade nacional.

A produção historiográfica desenvolvida a partir das últimas décadas do século XIX e mesmo ao longo dos primeiros anos do século XX, marcada pelo recrudescimento de um sentimento patriótico, complementada por um cada vez maior número de investigações arqueológicas, antropológicas e linguísticas, rompe com as correntes de investigação anteriores (de Herculano e Oliveira Martins, nomeadamente).

A situação política interna e factores ligados ao relacionamento com o exterior podem muito bem estar por detrás do caminho seguido por inúmeros historiadores nesta fase. O progressivo fortalecimento das estruturas republicanas e a profícua actividade intelectual das mesmas, moldada por um discurso e um sentimentalismo de índole patriótico-nacionalista, podem estar por detrás da definição das raízes na nacionalidade portuguesa para além do século XII³⁰.

²⁹ Oliveira Martins citado por Damião Peres: "(...) menos ainda obedece [Portugal] na sua formação às ordens da geografia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de teorias e sistemas. Vão até onde vai a ponta da sua espada: tudo lhes convém, tudo lhes serve, contando que alarguem o seu domínio. (...) Com o retalho da Galiza, outro retalho de Leão, outro de Espanha meridional sarracena, esses príncipes compuseram para si um estado" (Peres, D., 1992, p. 9).

³⁰ Não esquecendo o desenvolvimento, por outro lado, dos movimentos conservadores de cariz monárquico (como é o caso do Integralismo Lusitano), acérrimos defensores de uma identidade cultural, étnica e histórica próprias para os portugueses. Podemos destacar aqui o nome de

Para Teófilo Braga, é um erro fazer de D. Henrique, D. Teresa e de D. Afonso Henriques os pais da nacionalidade, devendo-se colocar o berço desta muito antes da fundação formal do reino português. Para este autor, os lusitanos deram provas de efervescência patriótica, postura que terá continuidade ao longo dos tempos, fundamental no processo de assentamento da identidade nacional portuguesa. Mais, Teófilo Braga concebe a existência de apenas dois povos e de dois destinos históricos na Península Ibérica: o castelhano e o português (Peres, 1992: 11).

Jaime Cortesão entende que a sustentar o nascimento de Portugal estão condicionalismos de ordem geográfica e étnica; condições essas responsáveis pelo desenvolvimento de uma nacionalidade ocidental. Nacionalidade esta cujos contornos melhor se definem com a romanização. A progressiva ocupação romana contribui, na óptica de Cortesão, para esboçar uma fronteirização prefigurativa de uma unidade territorial autónoma futura. As influências trazidas pelos Romanos ao nível da concepção administrativa do território que viria a ser Portugal, a par do seu papel na unificação linguística, são contributos fundamentais para o desenvolvimento de uma noção de nacionalidade.

Mencionados por Damião Peres como autores que contradisseram a tendência que colocava a ênfase num determinismo geográfico e étnico como pilares do nascimento de Portugal, estavam nomes como os de Amorim Girão e Alfredo Pimenta (idem: 16-18). Para o primeiro, o desmembramento do Condado Portucalense do reino de Leão justifica-se pela “ambição de um príncipe” (idem: 16), havendo desenvolvimentos de ordem política como responsáveis pela dissipação de uma certa confusão reinante ao nível da classificação das diferentes nacionalidades em questão. Para Alfredo Pimenta, o sentimento nacionalista e a identidade portuguesas consolidam-se à medida que o “Estado” se fortalece politicamente, conforme as fronteiras se fixam (o efectivar definitivo desse sentimento dá-se apenas no século XIV).

O esgrimir de argumentos de ordem geográfica e a invocação de factores que evidenciavam uma certa diferenciação étnica e cultural do povo que ocupava a área do Condado Portucalense foram dominantes durante muitas décadas, em especial por autores ligados a meios mais conservadores na primeira metade do presente século. Trata-se de eloquentes exemplos do recurso à História como meio para subvencionar um determinado ideário ou conceito de identidade. Aqui, a narração dos factos concernentes à emancipação política de Portugal é um exercício muitas vezes de destaque, de cisão relativamente aos estados e poderes vizinhos do Portugal de então. Inegável é o facto de o dealbar da nação ser apresentado intrinsecamente relacionado com os eventos históricos ocorridos nos territórios fronteiriços (aliás, os factos contradiriam uma aproximação oposta), todavia, a nota sonante é a circunstância de a formação de Portugal estar associada à vontade indomável de homens de armas ambiciosos, senhores de um território que respirava já ares de autonomia e insubmissão relativamente às regiões vizinhas. Galiza e Leão estão intimamente ligados à formação da

António Sardinha que, ao invés de Oliveira Martins, defende que Portugal em nada resultou do acaso, tendo os nobres portugueses dado expressão à vontade de autonomia de um povo diferenciado dos restantes étnica e culturalmente, circunscrito a uma área geográfica ímpar.

nacionalidade, no entanto, o cedo determinar de limites geográficos, uma unidade linguística e de comportamentos e atitudes juntamente com uma proto-consciência nacionalista dos “portugueses” de então, levam a que um território como o do Condado Portucalense se declare autónomo e independente. O evoluir da nação portuguesa é feito por afastamento à Galiza, a Leão e a Castela, num permanente movimento de cisão e distanciamento. A emancipação, arrancada a ferros, só pela guerra se manterá, aliás, a cada momento que os *vizinhos* ameaçam o Reino de Portugal, política ou beligerantemente, maior é o sentimento nacionalista português. Portugal nasceu por vontades próprias contrário à vontade dos outros e nessa contrariedade crescerá enquanto Estado Nação.

Mais recentemente, poder-se-á arriscar a ideia de que a questão da fundação da nacionalidade não está sujeita a determinismos de ordem geográfica, étnica, linguística ou cultural. Trata-se de elementos não descartáveis, no entanto, e para citar a opinião de Damião Peres, o nascimento de Portugal surge a partir de actos de natureza política, mais concretamente da formação de uma unidade politico-territorial autónoma, que, à medida que se perpetuava, independente, no tempo, conforme ia passando por dificuldades, vê desenvolver no seu seio um sentimento de pertença, uma devoção... no e do Estado nasce a Nação (idem: 38-43). Mais, segundo este autor, o facto de a doação do Condado Portucalense a D. Henrique pressupôr direitos de transmissão hereditária, confirma uma primeira instância em que uma determinação política condiciona o desenvolvimento de um estatuto de autonomia para aquela parcela de território.

Concordante com a visão de Damião Peres é a opinião de José Mattoso, que vinca o facto não se poder fundamentar em exclusivo a fundação de Portugal em factores geográficos. Para Mattoso, o processo de emancipação de Portugal é um fenómeno colectivo, não o fruto de uma ou de outra vontade pessoal, de uma consciência individual, de um estado psicológico colectivo. Antes da nação portuguesa temos um Estado e é o encadear de eventos históricos que definem a evolução da nacionalidade. Esta, não pode deixar de ser associada ao caminhar da história das restantes nações europeias, em especial das unidades territoriais vizinhas de Portugal (Mattoso, 1986: 3-48).

Voltando à questão inicial e que serve de mote ao presente trabalho, há períodos em que a produção histórica portuguesa serve nitidamente um interesse deliberado de edificação de uma ideia de identidade. Já foi mencionado como alguns historiadores, imbuídos de um espírito de exacerbado nacional-patriotismo, procuraram contar a História de Portugal, baseando a sua evolução na diferenciação face ao *vizinho*, invocando factores antropológicos, linguísticos e geográficos para afirmarem uma autonomia territorial, uma identidade colectiva. No entanto, se há altura em que se pode observar melhor a apropriação de um discurso histórico com fins politico-ideológicos, é no Estado Novo. A memória histórica portuguesa foi adaptada aos interesses de um regime que procurava definir um sentimento colectivo profundamente nacionalista, um ideário que se inscrevesse numa postura estatal isolacionista, fechada.

Assim, temos a construção de um passado histórico fundado no divisionismo, na diferenciação, no isolamento. A ideia base é a de que o nascimento da nacionalidade se faz em oposição a forças externas, como resultado de uma indomável vontade humana, suplantada por uma providência

repleta de laivos de divindade. A atestar esta noção temos a História de Portugal de João Ameal, publicada propositadamente em 1940 (por ocasião da comemoração da Fundação de Portugal). Aqui, o momento (decisivo para a independência de Portugal) da vitória do exército de D. Afonso Henriques sobre o de sua mãe D. Teresa e seus apoiantes galegos, é descrito como uma inevitabilidade, uma vez que tinha a razão e a justiça do seu lado³¹. A eclosão da nacionalidade é, portanto, para além de obra de homens indomáveis, efeito de desígnios extra-terrenos; uma missão e uma diáspora sagradas.

Num Portugal em que a religiosidade estava intimamente ligada ao quotidiano, o devir histórico assume esse compromisso e toda a História releva essa intimidade entre as façanhas dos heróis da nacionalidade e a identidade comum dos portugueses.

5. O NASCIMENTO DE PORTUGAL NA HISTORIOGRAFIA ESPANHOLISTA FEITA NA GALIZA

Neste ponto trazemos à cena um exemplo paradigmático e representativo desta historiografia, que constrói uma Galiza integrada desde muito cedo nas monarquias espanholas:

“Desde finais do mesmo século VIII ou principios do IX, Galicia incorporouse en cambio com certa facilidade a un proxecto político de menor envergadura pero de maior porvir: a MONARQUÍA ASTURIANA, despois tamén leonesa e castelá, á que pertenceu durante o resto da Idade Media, salvo en momentos moi excepcionais de semi-autonomía ou case independencia”³²

O reino de Portugal nascerá no século XII, mas em momento algum os nobres galegos apoiaram este nascimento, lutando contra a expansão de Afonso Henriques com o apoio do rei de Leão:

“En 1137, por exemplo, nin Fernando Pérez de Traba nin o conde Rodrigo Vélaz, tenente de Lemos e Sarria, puideron expulsar ó portugués do territorio do Limia que invadira. Os acordos de Tui daquel mesmo ano frearon esta ofensiva, que non obstante volveu reproducirse nos sucesivos. O próprio monarca leonés ou outros magnates da súa corte, como Fernando Juanes, tiveron que empregarse a fondo para defende-la fronteira meridional de Galicia.”³³

A historiografia galeguista recupera um passado histórico no qual Portugal representa o triunfo ante Castela e através do vínculo galaico-português desconstrói a fronteira galaico-portuguesa, criando uma fronteira simbólica com Castela. Ao invés, o interesse da historiografia espanholista é vincular as origens de Portugal com a construção política e identitária de Espanha, à qual se incorpora a Galiza desde tempos alto-medievais. Esta historiografia tratará de construir a fronteira da Galiza (sempre ligada à ideia de Espanha) com Portugal, e de desconstruir a fronteira com Castela, Leão ou Astúrias; desta forma sublinha-se uma noção de Espanha unívoca.

³¹ “(...) [D. Afonso Henriques] tem por si os melhores cavaleiros, o justo pensamento de expulsar o estrangeiro – o próprio mandato, imperativo e irresistível, da História (...)” (Ameal, 1940: 53)

³² RECUERO ASTRAY, M. J. (1997): “As invasións e a defensa do territorio”, en Galicia Terra Única. Galicia Románica e Gótica. Ourense. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 42.

³³ RECUERO ASTRAY, M. J. (1997): Ob. Cit. Nota (32), p. 44.

6. IN-CONCLUSÕES

O sujeito das historiografias de tipo nacionalista é a nação, umas vezes a nação-estado, outras a nação sem estado. No contexto ibérico, essas historiografias experimentaram uma transformação considerável no último quarto do século XX. Com a queda dos regimes ditatoriais nos dois estados e as novas situações políticas, intensificou-se a necessidade de criação e reinvenção de novas identidades. No caso português aconteceu uma viragem que podíamos denominar o “abraço da Europa”, e, no caso espanhol, uma descentralização político-administrativa desenhada no novo contexto autonómico. As novas Comunidades Autónomas precisaram de um sustento histórico que justificasse e definisse o novo marco político de convivência. Foi assim como se recuperaram e intensificaram historiografias nacionalistas como as de “Galiza”, “Euskadi” ou “Catalunya”, enriquecendo o panorama histórico peninsular, mas, ao mesmo tempo, servindo para construir as “novas” nações. O objectivo dessas historiografias era criar novas identidades colectivas e consciências solidárias, recuperar o idioma e a cultura da nação, descobrir e divulgar o conhecimento da história própria construída frente a um “outro”.

No caso galego, se conjugarmos e analisarmos criticamente o papel histórico dos galegos em relação ao nascimento de Portugal, podemos observar a diversidade nas estratégias e tácticas político-ideológicas da seguinte forma:

411	Início do reino suevo de Galiza. Reis súbditos dos reis asturianos, leoneses e castelhanos.
SS. V – XII	Duas estratégias dos galegos, por vezes unificadas: 1ª. Independentismo: Revoltas nobiliárias contra o rei de Oviedo, Leão ou Toledo. 2ª. Integracionismo na monarquia espanhola. Procura de uma maior influência na Corte Espanhola.
Princípios do s. XII	Divisão na nobreza galega: -Independentismo galaico-português. -Integracionismo castelhano–leonês.
1109	O bispo Gelmires e o conde de Trava proclamam Afonso Raimundo rei da Galiza, que mais tarde é proclamado (em 1126) rei de Castela e Leão como Afonso VII o Imperador.
1128	Afonso Henriques declara Portugal independente. A nobreza galega opta por integrar-se em Castela e Leão, ainda que em momentos de rebeldia se aliam a Portugal (ex.: 1366-1369, Guerra Civil entre Pedro I e Enrique II; 1476-1479: Guerra Civil entre “Juana la Beltraneja” e “Isabel la Católica”). Os nobres galegos reintegracionistas com Portugal pensavam num futuro para a Galiza que passava pela união de Castela e Portugal.
1480	Chegada à Galiza do governador dos Reis Católicos, Fernando de Acunha

(BARROS, C. (1994): “Mitos de la historiografia galleguista”, en Manuscris n.º 12, pp. 245-266)

As historiografias falam tanto do passado como do presente, mas estas dimensões acabam por não ser tão lineares como geralmente pensamos, para se cruzarem com interesses, visões e necessidades do presente. Desta maneira

analisámos a metahistória da construção da fronteira, e prestámos atenção à eficácia simbólica destes discursos através dos conteúdos ideológicos inseridos nas tramas narrativas das diferentes historiografias.

BIBLIOGRAFIA:

- AMEAL, J. (1940): História de Portugal – Das origens até 1940. Porto, Liv. Tavares Martins.
- DE OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1974): Antologia da historiografia portuguesa, V, I-II. Lisboa, Europa - América.
- CHAPMAN, M. e outros (eds.)(1989): History and Ethnicity. Londres, Routledge.
- HOBSBAWM, E.J. e RANGER, T. (1987, or. 1983): L'invenzione della tradizione. Torino, Einaudi.
- LÓPEZ CARREIRA, A.(1998): O reino de Galiza. Vigo, A Nosa Terra.
- MATTOSO, J. (1986): O essencial sobre a formação da nacionalidade. Lisboa, I.N.C.M.
- MERÊA, P. (1954): De "Portucale" (Civitas) ao Portugal de D. Henrique. Porto, Portucalense Editora.
- PERES, D. (1992): Como nasceu Portugal. Porto, Vertente.
- VALE DE ALMEIDA, M. (1991): "Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo", in O'Neill, B. J. & De Brito, J. P., Lugares de aqui . Lisboa, Dom Quixote.
- VILLARES PAZ, R. (1995, or. 1985): Historia de Galicia. Madrid: Alianza.
- WHYTE, h. (1992, or. 1973): Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México, FCE.
- ZEBRAL LOPES, M. (1996): Manual galego-português de História. A Corunha, Edição do autor.